

The logo of the Associação Paulista de Municípios (APPM) is a circular emblem. It features a blue outer ring with the text "APPM" at the top and "ASSOCIAÇÃO PAULISTANA DE MUNICÍPIOS" around the bottom. Inside the ring is a stylized map of the state of São Paulo, colored in shades of green and yellow.

Cargo: Procurador

Código: 01

destaque aqui



Coloque sua
inscrição

Rubrica do Candidato

LÍNGUA PORTUGUESA

Valor por questão:

Questão	V. Questão	Peso	V. Ponderado
Da questão 01 à questão 04	0,5	2,5	1,25
Da questão 05 à questão 08	1,0	2,5	2,5
Da questão 09 à questão 10	2,0	2,5	2,5

Texto I

A educação é uma arma

O brasileiro, principalmente o das grandes cidades, parece viver em pânico. O medo tornou banal desconfiar de crianças em semáforos ou de adultos maltrapilhos que andam pelas ruas.

A cada dia aumenta o número de crimes e criminosos. Aqueles que já estão cegos pelo pavor não têm dúvida ao enxergar quem os ameaça como inimigos a serem eliminados. Muitos defendem a pena de morte. Outros gostam de saber que os marginais estão em condições repugnantes nas prisões em que são lançados. Mas, os piores são os que acham impossível regenerar um homem.

Victor Hugo advertiu: "Quem abre uma escola fecha uma prisão". Muito antes, Pitágoras conclamou: "Educar crianças, para que não seja necessário castigar os adultos". Não é, portanto, nenhuma novidade, nem tampouco absurdo, exigir que se invista cada vez mais em educação. É ela que arrebenta grades, abre portas e liberta todos nós.

(Revista Educação, out.1999. Adaptado)

01. (Fundelta) (Valor da questão 0,5)

Com base no texto acima, o título do texto I "A educação é uma arma" apresenta-se em qual figura de linguagem?

- a) **Metáfora.**
- b) Catacrese.
- c) Metonímia.
- d) Onomatopeia.

02. (Fundelta) (Valor da questão 0,5)

Assinale a alternativa em que todas as palavras ou expressões recuperam, por coesão textual, o fato da advertência do escritor Vitor Hugo, no texto I.

- a) liberdade, impaciência.
- b) impossibilidade, interesse.
- c) **vontade, liberdade.**
- d) solidariedade, condenação.

03. (Fundelta) (Valor da questão 0,5)

Segundo o Texto I, a pior forma de se observar os criminosos é:

- a) **não tem como mudar a forma como eles levam a vida.**
- b) são pessoas a serem dizimadas da sociedade.
- c) é muito melhor vê-los nas prisões.
- d) o pânico que acontece na sociedade é culpa deles.

04. (Fundelta) (Valor da questão 0,5)

A expressão "parece viver em pânico", na primeira e na segunda linha do texto significa que:

- a) As pessoas estão cada vez mais preocupadas com a criminalidade.
- b) Os grandes filósofos já alertavam para a teoria do pânico na vida das pessoas.
- c) **Viver em grandes cidades transforma o cotidiano em um transtorno geral.**
- d) Cada dia, mais e mais pessoas estão enfrentando problemas no cotidiano.

05. (Fundelta) (Valor da questão 1,0)

Na oração "Aqueles que já estão cegos pelo pavor não têm dúvida ao enxergar". A partir dos estudos gramaticais podemos dizer que o termo destacado se refere à:

- a) Oração Subordinada Substantiva Objetiva Direta.
- b) Oração Subordinada Substantiva Subjetiva.
- c) Oração Coordenada Sindética Explicativa.
- d) **Oração Subordinada Adjetiva Restritiva.**

06. (Fundelta) (Valor da questão 1,0)

Na oração: Dentre eles, 86% fazem isso, mesmo durante o período de pânico. Substituindo 86% por 1% e flexionando o verbo FAZER no pretérito imperfeito do indicativo, obter-se-á:

- a) 1% fará.
- b) 1% farão.
- c) **1% fazia.**
- d) 1% faziam.

07. (Fundelta) (Valor da questão 1,0)

Assinale a alternativa que apresenta palavra em sentido conotativo.

- a) Não será preciso castigar os adultos.
- b) Vários pensadores falaram sobre a criminalidade.
- c) **É o ensino que arrebenta as grades.**
- d) Muitos querem a pena de morte.

08. (Fundelta) (Valor da questão 1,0)

Atribuir-se-á o emprego de dois-pontos, em "Um poeta é sempre irmão do vento e da água: deixa seu ritmo por onde passa." (Cecília Meireles). A intenção é de anunciar:

- a) **uma explicação;**
- b) um esclarecimento;
- c) um vocativo;
- d) uma citação.

09. (Fundelta) (Valor da questão 2,0)

No fragmento de texto "Temos de cobrar dos deputados e senadores as leis necessárias para punir esses assassinos. Das autoridades do trânsito, fiscalização e multas vigorosas para quem desobedece às leis e à sinalização. E da justiça, rapidez e dureza com os infratores." (Nicole Puzzi, Veja 1280, ano 26, nº 12). Empregam-se as vírgulas para:

- a) separar termos coordenados;
- b) separar as orações adjetivas;
- c) isolar orações intercaladas;
- d) **indicar a supressão do verbo.**

10. (Fundelta) (Valor da questão 2,0)

O segmento sublinhado pode-se substituir, sem prejuízo para a correção e o sentido do texto em:

- a) O grupo que abrange os seis países mais ricos por onde se abarcam.
- b) São carentes de propostas políticas por imunes a.
- c) Sob a direção de Capangas o movimento foi declaradamente ilegal por em cuja direção.
- d) **E sobra-me uma raiva que deve valer a dos mais radicais interesses por talvez equivalha à.**

CONHECIMENTO ESPECÍFICO DE PROCURADOR

Valor por questão:

Questão	V. Questão	Peso	V. Ponderado
Da questão 11 à questão 22	0,5	2,5	1,25
Da questão 23 à questão 34	1,0	2,5	2,5
Da questão 35 à questão 40	2,0	2,5	5,0

11. (Fundelta) (Valor da questão 0,5)

Assinale a opção correta.

- a) Uma vantagem funcional incorporada à remuneração do servidor público no regime da Constituição passada deve continuar a ser paga a ele, mesmo que a Constituição nova o proíba, uma vez que a nova Constituição não pode retroagir para afetar situações que foram iniciadas antes do seu advento.
- b) Leis anteriores à Constituição em vigor, somente continuam a produzir efeitos na vigência da nova ordem se forem expressamente recepcionadas pelo legislador da nova ordem.
- c) Tratados celebrados pelo Brasil, que estejam em linha colidente com normas constitucionais, embora não revoguem a Constituição, paralisam a eficácia desta nos pontos em que se chocam.
- d) **O STF pode declarar a inconstitucionalidade de certos entendimentos de um ato normativo, objeto de uma ação direta de inconstitucionalidade, sem, contudo, declarar inválido o próprio ato normativo.**

12. (Fundelta) (Valor da questão 0,5)

Assinale a opção em que consta afirmativa errada sobre a intervenção federal:

- a) A intervenção federal pode ser decretada para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública em um Estado da Federação.
- b) **Os Municípios situados nos Estados da Federação são insuscetíveis de sofrer intervenção federal.**
- c) A intervenção federal pode ser decretada pelo Procurador-Geral da República para preservar os direitos humanos em Estado da Federação que não o esteja defendendo a contento.
- d) O Distrito Federal pode sofrer intervenção federal.

13. (Fundelta) (Valor da questão 0,5)

Assinale a opção correta:

- a) **O Legislativo não pode dispor sobre matéria da iniciativa legislativa privativa do Chefe do Executivo sem a provocação deste, nem pode fixar prazo para que o Chefe do Executivo apresente projeto de lei sobre tema da iniciativa privativa deste.**
- b) O projeto de lei da iniciativa privativa do Presidente da República pode sofrer qualquer emenda no Congresso Nacional, desde que a inovação não aumente o total das despesas da União, previsto na lei orçamentária anual.
- c) Pacificou-se o entendimento de que não sofre de inconstitucionalidade a lei resultante de projeto de lei apresentado por parlamentar, versando matéria da iniciativa privativa do Chefe do Executivo, desde que tenha sido sancionada pelo Presidente da República.
- d) A medida provisória pode ser editada com relação a matéria que se inclui no âmbito da iniciativa legislativa reservada ao Poder Legislativo ou ao Poder Judiciário.

14. (Fundelta) (Valor da questão 0,5)

Os contratos administrativos de que trata a Lei nº 8.666 regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam, EXCETO:

- a) o objeto e seus elementos característicos.
- b) **as garantias oferecidas para assegurar o início da execução, quando exigidas.**
- c) as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso.
- d) os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas.

15. (Fundelta) (Valor da questão 0,5)

Para ser considerada serviço público, determinada atividade deve, necessariamente, ser:

- a) prestada diretamente pelo poder público ou por empresa por ele controlada, e criada com finalidade específica.
- b) prestada diretamente pelo poder público ou sob o regime de concessão, por empresa estatal ou privada, e vedada a cobrança de tarifa diretamente do usuário.
- c) definida por lei e prestada diretamente pelo poder público, quando de caráter essencial, admitindo-se, nos demais casos, a exploração por particular, sob o regime de concessão.
- d) **caracterizada como incumbência do poder público, na forma da lei, podendo ser prestada diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão.**

16. (Fundelta) (Valor da questão 0,5)

Na ordem constitucional brasileira, os seguintes serviços públicos podem ser concedidos para a execução por particulares, exceto:

- a) serviços de energia elétrica.
- b) navegação aérea.
- c) serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.
- d) **serviço postal.**

17. (Fundelta) (Valor da questão 0,5)

O pagamento é a forma mais rudimentar de extinção do crédito tributário. Sobre o pagamento, é INCORRETO afirmar:

- a) Na pendência de consulta tempestiva formulada ao Fisco, não haverá incidência de acréscimos decorrentes da mora.
- b) Haverá presunção de pagamento integral do crédito tributário quando, tratando-se de pagamento em parcelas, se comprovar o pagamento da última parcela.
- c) O vencimento do crédito tributário ocorre em 30 dias, a contar da data da notificação válida do lançamento feita ao sujeito passivo, desde que a legislação tributária específica não fixe o tempo para pagamento.
- d) **Os juros de mora são calculados à taxa de 1% ao mês, se a lei não dispuser de modo diverso.**

18. (Fundelta) (Valor da questão 0,5)

São causas de extinção do crédito tributário que dependem de lei específica do ente político competente para serem aplicadas:

- a) moratória e parcelamento.
- b) **isenção e remissão.**
- c) conversão do depósito em renda e decadência.
- d) dação em pagamento de bem móvel e prescrição.

19. (Fundelta) (Valor da questão 0,5)

Sobre prescrição e decadência em matéria tributária, considere:

- I - A decadência é a perda do direito do Fisco de cobrar o crédito tributário.
- II - A prescrição para cobrança do crédito tributário é de cinco anos, a contar da constituição definitiva do mesmo.
- III - A decadência se interrompe com a notificação válida do lançamento.
- IV - A prescrição se interrompe, dentre outras causas, por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.
- V - O prazo prescricional tem termo inicial no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) II, IV e V.
- b) I, II e III.
- c) **II, III e IV.**
- d) I, II, III e IV.

20. (Fundelta) (Valor da questão 0,5)

Municipalização significa uma articulação das forças do município como um todo para a prestação de serviços, cujas corresponsáveis seriam a prefeitura e as organizações da sociedade civil.

Assinale a alternativa que não se destaca como princípio da municipalização:

- a) A descentralização.
- b) O fortalecimento administrativo local.
- c) A participação comunitária.
- d) **O fortalecimento da legislação centralizada no âmbito federal.**

21. (Fundelta) (Valor da questão 0,5)

Ao prever a receita, o gestor público deverá, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, exceto:

- a) observar normas técnicas e legais aplicáveis;
- b) considerar efeitos das alterações na legislação;
- c) considerar os efeitos da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante;
- d) **demonstrar sua evolução nos últimos dois anos e a projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem.**

22. (Fundelta) (Valor da questão 0,5)

Compete aos Municípios legislar sobre o seguinte assunto:

- a) produção e consumo.
- b) proteção à infância e à juventude.
- c) trânsito.
- d) **interesse local.**

23. (Fundelta) (Valor da questão 1,0)

A personalidade civil da pessoa começa com o nascimento, com vida, pondo a lei a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

- a) o qual, porém, não herdará os bens do pai, se este morrer antes do seu nascimento
- b) por isso não se pode beneficiar em testamento pessoa não concebida até a morte do testador.
- c) mas se pode aquinhoar em testamento a prole eventual, de quem já for concebido no momento da sucessão do testador.
- d) porém na sucessão testamentária, podem ser chamados a suceder os filhos, ainda não concebidos, de pessoas indicadas pelo testador, desde que vivas estas ao abrir-se a sucessão.

24. (Fundelta) (Valor da questão 1,0)

Considere:

- I – Praças, ruas e estradas.
- II – Edifícios destinados a estabelecimentos da Administração Pública.
- III – Terrenos destinados a serviços de autarquia municipal.
- IV – Rios e Mares.

São bens públicos de uso especial os indicados em apenas:

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) II.
- d) II e III.

25. (Fundelta) (Valor da questão 1,0)

Assinale a alternativa correta:

- a) O possuidor direto, pois exerce posse temporária, não tem proteção possessória contra terceiros.
- b) O novo Código Civil, em termos de teoria possessória, adotou a concepção subjetiva de Savigny, dando especial destaque ao "animus domini".
- c) A análise da justiça, ou injustiça, da posse passa pelo exame da "causa possessionis".
- d) A detenção à luz do ordenamento jurídico vigente é consecutória da degradação anímica, onde o sujeito tem a coisa com mera "affectio tenendi".

26. (Fundelta) (Valor da questão 1,0)

Sobre a petição inicial, analise as seguintes assertivas:

- I – A petição inicial deverá conter, obrigatoriamente, a indicação do juiz ou tribunal a que é dirigida, o valor da causa e o requerimento de citação do réu.
- II – Contra ato judicial que indeferir liminarmente a petição inicial, deverá o autor insurgir-se por agravo de instrumento.
- III – Será indeferida a petição inicial quando a parte for manifestamente ilegítima.
- IV – Será considerada inepta quando tiver pedidos incompatíveis entre si.
- V – Se não constar o pedido, com suas especificações, deverá a petição inicial ser indeferida de plano pelo juiz.

Estão corretas as assertivas:

- a) I, III e II.
- b) I, III e IV.
- c) II, III e IV.
- d) II, IV e V.

27. (Fundelta) (Valor da questão 1,0)

Quanto ao cumprimento de sentença e ao processo de execução, assinale a alternativa correta:

- I – Somente se admitem embargos à execução para entrega de coisa depois do devido depósito desta.
- II – Sendo vários os executados, ainda que cada qual representado por diferentes advogados, o prazo para embargar a execução fundada em título extrajudicial é contado de forma simples.
- III – O devedor poderá oferecer impugnação mesmo sem a existência de penhora. Esta somente é necessária para que se atribua efeito suspensivo à impugnação.
- IV – Para a incidência da multa pelo não cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, prevista no art. 461, § 4º, do CPC, exige-se a prévia intimação do devedor, na pessoa de seu advogado.

Alternativas:

- a) estão corretas apenas as afirmações I e II;
- b) estão corretas apenas as afirmações III e IV;
- c) está correta apenas a afirmação I.
- d) está correta apenas a afirmação II.

28. (Fundelta) (Valor da questão 1,0)

Sobre o mandado de segurança, analise as seguintes assertivas:

- I – Cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública.
- II – O pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias a servidores públicos, assegurados em sentença concessiva de mandado de segurança transitada em julgado, será efetuado relativamente às prestações que se vencerem a contar da data de 120 (cento e vinte) dias anteriores ao ajuizamento da inicial.
- III – Quaisquer atos ou omissões praticados pelos administradores de concessionárias de serviços públicos, desde que qualificados como ilegais ou abusivos, são controláveis judicialmente por via do mandado de segurança.
- IV – A sentença concessiva de mandado de segurança, apesar de se submeter ao reexame necessário, pode ser provisoriamente executada, uma vez que a apelação interponível deve ser recebida como regra, apenas no efeito devolutivo.

As alternativas:

- a) estão corretas apenas as afirmações II e IV;
- b) estão corretas apenas as afirmações I e IV;**
- c) está correta apenas a afirmação I.
- d) está correta apenas a afirmação III.

29. (Fundelta) (Valor da questão 1,0)

Sobre os crimes praticados contra a administração em geral, assinale a alternativa correta.

- a) Comete o delito de desobediência o delegado de polícia que, em razão de amizade com o autor do delito, não atende a requisição de Ministério Público para fins de instauração de inquérito policial.
- b) O crime de corrupção ativa, para se configurar na forma consumada, deve ter causado prática funcional a infringir dever por parte do servidor público.
- c) Constitui crime de prevaricação a conduta de policial civil que retarda, indevidamente, a prática de ato de ofício, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.**
- d) A conduta do servidor fazendário que, em razão de seu cargo, exige ou solicita, para si ou para outrem, vantagem indevida, constitui o crime de concussão previsto no art.316 do Código Penal.

30. (Fundelta) (Valor da questão 1,0)

Sobre os tipos legais de crimes praticados contra o patrimônio, assinale a alternativa correta.

- a) Não pratica crime contra o patrimônio o co-herdeiro que subtrai, para si ou para outrem, coisa comum que legitimamente detém.
- b) O crime de extorsão mediante sequestro, por ser crime contra o patrimônio, exige, para sua configuração, dolo específico de obtenção de vantagem patrimonial.
- c) As penas cominadas no Código Penal para os crimes de roubo, extorsão e extorsão mediante sequestro, todos com resultado de lesões graves ou morte, ao serem aplicadas, são aumentadas pela metade; se o crime é cometido contra menor de 14 anos ou alienado ou débil mental.
- d) O crime de roubo se caracteriza pela subtração de coisa móvel alheia com emprego de grave ameaça ou violência física à pessoa.**

31. (Fundelta) (Valor da questão 1,0)

Acerca da culpabilidade e da ilicitude, assinale a alternativa correta:

- a) A coação irresistível e a obediência hierárquica são causas de exclusão da ilicitude.
- b) Segundo a teoria finalista, a imputabilidade, a consciência acerca da ilicitude do fato e da exigibilidade de conduta diversa são elementos normativos da culpabilidade.**
- c) Não há excludentes de ilicitude previstas na Parte Especial do Código Penal.
- d) A legítima defesa é causa excludente da culpabilidade

32. (Fundelta) (Valor da questão 1,0)

Nos contratos de trabalho a termo, em regra, a extinção contratual em face da dispensa antecipada e imotivada pelo empregador gerará ao empregado o direito de receber.

- a) apenas indenização no valor dos salários que seriam devidos pelo período restante do contrato acrescidos da metade.
- b) apenas indenização no importe da metade dos salários que seriam devidos pelo período restante do contrato.
- c) apenas 13º salário proporcional, férias proporcionais acrescidas de 1/3 e indenização no importe da metade dos salários que seriam devidos pelo período restante do contrato.
- d) 13º salário proporcional, férias proporcionais acrescidas de 1/3, liberação do FGTS acrescido de 40%, indenização no importe da metade dos salários que seriam devidos pelo período restante do contrato.**

33. (Fundelta) (Valor da questão 1,0)

Descumprir ordens gerais do empregador:

- a) configura ato de insubordinação do empregado e constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador, tipificado na Consolidação das Leis do Trabalho.
- b) **configura ato de indisciplina do empregado e constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador, tipificado na Consolidação das Leis do Trabalho.**
- c) não constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador, não havendo tipificação específica na Consolidação das Leis do Trabalho.
- d) configura ato de desídia do empregado e constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador, tipificado na Consolidação das Leis do Trabalho.

34. (Fundelta) (Valor da questão 1,0)

Sobre as atribuições do Ministério Público do Trabalho, está incorreto afirmar que:

- a) Compete ao Ministério Público do Trabalho promover ou participar da instrução e conciliação em dissídios decorrentes da paralisação de serviços de qualquer natureza, oficiando obrigatoriamente nos processos, manifestando sua concordância ou discordância, em eventuais acordos firmados antes da homologação, resguardado o direito de recorrer em caso de violação à lei e à Constituição Federal.
- b) Está entre as competências do Ministério Público do Trabalho atuar como árbitro, se assim for solicitado pelas partes, nos dissídios de competência da Justiça do Trabalho.
- c) Compete ao Ministério Público do Trabalho promover mandado de injunção, quando a competência for da Justiça do Trabalho.
- d) **Incumbe ao Ministério Público do Trabalho acompanhar o estágio probatório dos membros do Ministério Público do Trabalho.**

35. (Fundelta) (Valor da questão 2,0)

Incumbe ao Ministério Público do Trabalho, exceto:

- a) Instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores.
- b) Requisitar à autoridade administrativa federal competente dos órgãos de proteção ao trabalho, a instauração de procedimentos administrativos, podendo acompanhá-los e produzir provas.
- c) Ser cientificado pessoalmente das decisões proferidas pela justiça do trabalho, nas causas em que o órgão tenha intervindo ou emitido parecer escrito.
- d) **Designar, observados os critérios da lei e os estabelecidos pelo conselho superior, os ofícios em que exercerão suas funções os membros do ministério público do trabalho.**

36. (Fundelta) (Valor da questão 2,0)

São atribuições do Procurador-Geral do Trabalho, com exceção de:

- a) **Ser cientificado pessoalmente das decisões proferidas pela Justiça do Trabalho, nas causas em que o órgão tenha intervindo ou emitido parecer escrito.**
- b) Encaminhar ao Procurador-Geral da República a proposta orçamentária do Ministério Público do Trabalho, após sua aprovação pelo Conselho Superior.
- c) Organizar a prestação de contas do exercício anterior, encaminhando-a ao Procurador-Geral da República.
- d) Praticar atos de gestão administrativa, financeira e de pessoal.

37. (Fundelta) (Valor da questão 2,0)

Sobre o Sistema de Seguridade Social Brasileiro, garantido na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:

- a) prevê cobertura e atendimento diferenciados de acordo com a categoria ocupacional.
- b) compete as entidades da sociedade civil a organização e o financiamento das ações da seguridade social.
- c) **é financiado direta e indiretamente por toda sociedade, através de recursos públicos provenientes da União, Estados e Municípios.**
- d) a sua organização se fundamenta na lógica do modelo de seguro social.

38. (Fundelta) (Valor da questão 2,0)

Nos termos da Lei n.º 11.340/06 (Lei contra a violência doméstica e familiar contra a mulher), assinale a alternativa incorreta.

- a) A lei compreende o dano moral à mulher.
- b) A lei compreende o dano patrimonial à mulher.
- c) **A coabitação entre os sujeitos ativo e passivo é condição para a aplicação da lei.**
- d) A empregada doméstica pode ser sujeito passivo.

39. (Fundelta) (Valor da questão 2,0)

Acerca da violência familiar e doméstica contra a mulher (lei 11.340/2006), marque a opção correta:

- a) Somente são cabíveis medidas de proteção e urgência em favor da mulher quando houver sido praticada uma conduta que cause violência doméstica e familiar e haja pedido formal do Ministério Público.
- b) São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, dentre outras: a violência física, a violência psicológica, a violência sexual, a violência patrimonial e a violência moral, desde que não praticadas pelo cônjuge.
- c) Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata a lei 11.340/06 somente será admitida a renúncia à representação na presença do juiz, independentemente da oitiva do Ministério Público.
- d) Constitui violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, seja no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da família ou em qualquer relação íntima de afeto.

40. (Fundelta) (Valor da questão 2,0)

Um assistente social atua em uma área urbana caracterizada por baixo nível de rendimento socioeconômico de seus moradores. Na instituição onde trabalha, o profissional é procurado pela mãe de três crianças e um adolescente, todos em idade escolar. A família está passando por sérias dificuldades financeiras, devido ao fato de a genitora, única provedora econômica da família, estar desempregada. Durante o atendimento, foram solicitadas informações sobre um possível encaminhamento ao Programa Bolsa Família. Considerando essa situação hipotética, no que se refere aos benefícios do Programa Bolsa Família, assinale a opção correta.

- a) O benefício geral é destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de relativa pobreza.
- b) O benefício variável é destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 e 12 anos de idade ou adolescentes até 15 anos de idade.
- c) O benefício regular, vinculado ao adolescente, é destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza relativa e que tenham em sua composição adolescentes com idade entre 14 e 16 anos.
- d) O benefício específico é destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ocasional e que tenham em sua composição crianças entre 0 e 5 anos de idade ou adolescentes até 13 anos de idade.